

Universidade Pública Federal Brasileira: Democraticamente Massificada

**Carla Cristina Dutra Búrgio
Clésar Luiz Loch**

RESUMO

A universidade pública federal brasileira vêm sofrendo um processo de ruptura de identidade, do que vem a ser instituição de ensino e como espaço público, devido ao avanço do neoliberalismo nos últimos quinze anos. Oferecida dentro da lei da oferta e da procura, a universidade vêm vivenciando um processo evolutivo de mercantilização, pois é pressionada pela política pública educacional brasileira a ser competitiva, em buscas de recursos, submetendo-se a normas e lógicas de mercado, pondo em risco a sua identidade institucional, levada a ser uma organização social, com plasticidade de comportamentos mercadológicos adaptativos. A universidade está se tornando uma peça da engrenagem do mercado que deve responder às prioridades da modernização globalizada, com objetivos imediatos e sendo, assim, avaliada, classificada e legitimada. Diante desse cenário de transformação de concepção de universidade pública federal, novas relações de trabalho acadêmico emanadas de contradições são constituídas, novas concepções de trabalho acadêmico concebidas e novos significados de trabalho acadêmico são desvelados pelos professores universitários, consubstanciando-se em ações democraticamente massificadas que constituem e desconstituem a universidade federal como espaço público.

Palavras Chaves: Universidade. Universidade Pública. Políticas Públicas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As políticas públicas neoliberais que determinam as políticas públicas educacionais vêm comprometendo a subsistência do espaço público da universidade pública federal brasileira em favor da ampliação do espaço privado, comprometendo também a subsistência da sua identidade como instituição social, bem como, vêm incrementando o processo de mercantilização do trabalho acadêmico¹, potencializando o processo de proletarização acadêmica do professor universitário e a sua própria supressão como instituição pública social.

Cabe aqui ponderar que, na literatura especializada encontram-se referências à universidade, ora como instituição, ora como organização. Para este estudo, adotamos a concepção de universidade como instituição social, com base em Chauí (2000). Para a autora, a universidade, desde seu surgimento, sempre foi uma instituição social cujo fundamento está no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, sendo estruturada por ordenamento, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. Assim, a instituição encontra na sociedade seu princípio e referência normativa e valorativa, ao passo que a organização encontra sua referência em objetivos particulares e é regulamentada pelo mercado. Ou ainda, uma organização difere de uma instituição por

¹ O trabalho acadêmico de que falamos é o trabalho desenvolvido pelo professor no âmbito da universidade pública federal, que se constitui da indissociabilidade das atividades do ensino, da pesquisa e da extensão.

definir-se por uma outra prática social, a de sua instrumentalidade, ou seja, está referida ao conjunto de meios particulares para a obtenção de um objetivo particular (Loch, 2005).

As instituições públicas de ensino superior hoje, no Brasil, representam apenas 13% das Instituições de Ensino Superior (IES), em detrimento de 87% correspondente às instituições privadas (CENSO, 2005). A partir dessa realidade, a universidade pública federal enfrenta dois dilemas:

- a) a competitividade, diante da ampliação do sistema privado do ensino superior brasileiro, que é mais um aspecto notório que a compele a ser produtiva, necessitando legitimar o seu espaço na sociedade, no sistema de ensino superior brasileiro, como instituição social, diante do incremento e da multifuncionalidade do modo de organização das demais instituições do ensino superior brasileiro; e
- b) o cerceamento financeiro como espaço público.

Neste artigo, buscamos refletir sobre as políticas públicas educacionais, sobre a ação do Estado, que ao mesmo tempo em que conclama uma universidade pública e de qualidade, cria mecanismos internos e externos, para a massificação dos princípios neoliberais, comprometendo a sua identidade como instituição pública social.

As universidades públicas federais brasileiras, atualmente, estão sendo democraticamente massificadas pelo modo de produção vigente, que as situa como algo necessário porém, demasiadamente oneroso para a sociedade. Esta por sua vez, reconhece a importância da universidade pública, mas por outro lado ignora a sua morte silenciosa.

Para análise deste contexto, partimos do que temos de mais concreto, ou seja, situamos a instituição universidade no panorama brasileiro, após sinteticamente desenvolvemos alguns aspectos sobre o processo histórico da universidade pública federal brasileira, depois analisamos alguns aspectos das condições de trabalho na Universidade e retornamos ao ponto inicial desvelando algumas considerações sobre as políticas públicas de massificação democrática desta Instituição no sistema capitalista neoliberal.

A INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 e Decreto nº 2.306/97 –, as instituições de ensino superior classificam-se, quanto a sua natureza jurídica, em:

- a) públicas: são instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público, que podem ser:
 - federais: mantidas e administradas pelo Governo Federal;
 - estaduais: mantidas e administradas pelos governos dos estados; e
 - municipais: mantidas e administradas pelo poder público municipal.
- b) particulares: são instituições mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, e podem ser:
 - instituições privadas com fins lucrativos, ou particulares em sentido estrito, instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito; e
 - instituições privadas sem fins lucrativos. Podem ser (INEP, 2005):
 1. comunitárias: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA3
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

2. profissionais: constituídas de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam a orientação profissional e ideológica específicas; e
3. filantrópicas: são as instituições de educação ou de assistência social que prestam os serviços para as quais foram constituídas, à população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

As instituições de ensino superior, com base na legislação vigente, estão organizadas no sistema de educação superior brasileiro, da seguinte forma (INEP, 2005):

- a) Universidades: instituições pluridisciplinares, de formação dos quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem as atividades inerentes ao trabalho acadêmico de ensino, pesquisa e extensão;
- b) Universidades Especializadas: são especializadas em um campo do saber, em que são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em áreas básicas aplicadas;
- c) Centros Universitários: pluricurriculares, abrangem uma ou mais área de conhecimento e se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho oferecidas à comunidade escolar;
- d) Centros Universitários Especializados: abrangem uma área de conhecimento específica ou de formação profissional, e se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho oferecidas à comunidade escolar;
- e) Faculdades Integradas e Faculdades: com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podem ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e extensão) e modalidades do ensino;
- f) Institutos Superiores ou Escolas Superiores: têm por finalidade ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e extensão); e
- g) Centros de Educação Tecnológica: têm a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo, inclusive, mecanismos para a educação continuada.

Apesar do pequeno percentual representativo no sistema de educação superior brasileiro, a universidade pública federal ainda é o elemento central, diante do seu processo de desenvolvimento histórico e social. Em pleno século XXI, a instituição universidade, está representada em todos os países do mundo. Todavia, há um gradativo processo de diversificação da organização e funcionalidade dessa instituição social (Rossato, 1998).

De acordo com o mesmo autor, a instituição universidade viveu, até a sua consolidação no século XX, momentos turbulentos de formação e transformação. Em decorrência disso, umas guardam o seu prestígio, servindo de modelo até os dias atuais; outras tiveram curta existência; outras, ainda, chegaram a desfrutar de prestígio, mas caíram na obscuridade; outras foram suspensas durante um longo período; outras foram reduzidas a colégios, agregadas a universidades de maior porte e prestígio.

A instituição universidade, de uma visão uniforme, no período medieval, torna-se multifuncional no século XXI, à medida que busca mecanismos para sobreviver e adaptar-se na sociedade, diante de cada realidade: das condições locais, de cada região e de cada país. Porém, esta pluralidade funcional da universidade baseia-se fundamentalmente nos quatro modelos clássicos de universidade delineados ao longo da história: o francês, o norte-americano, o alemão e o inglês.

A análise do processo histórico de constituição da instituição universidade (Charle, 1996; Rossato, 1998; Mendonça, 2000; Warde, 2001) dá conta de que esta, no século XXI, apresenta uma diversidade e pluralidade funcional, na ânsia de negar o ranço tradicional da instituição universitária que se consolidou ao longo dos anos, diante das demais formas de manifestação de instituições de ensino superior. Com isto a universidade agrega outras propriedades e finalidades como instituição social, além da sua constituição tradicional. É possível caracterizá-la em:

- a) universidade tradicional (clássica, preserva a tradição e a herança cultural cristã);
- b) universidade empresarial (atende às exigências do mercado de trabalho);
- c) universidade técnica e/ou especializada (atende aos setores específicos da economia, com uma formação mais rápida);
- d) universidade para todas as idades (atende às diversas faixas etárias – do jovem à terceira idade –, utilizando modernos meios de comunicação);
- e) universidade livre ou popular (busca autonomia diante do monopólio do Estado e das concepções da universidade tradicional);
- f) universidade socialista (funcional e democratizada em seu acesso, tem a função ideológica de difundir os valores do sistema social e técnico, ligados ao desenvolvimento sócioeconômico nacional);
- g) universidade mercantil (financiada por empresas, seus professores são empresários, e as pesquisas, empreendimentos comerciais); e
- h) universidade comunitária, filantrópica ou confessional (busca distinguir-se das instituições orientadas por critérios predominantemente lucrativos, reivindicando o direito ao financiamento público) .

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA

Em pleno século XX, o que vinha a ser chamado de universidade no Brasil, até os anos 30 aproximadamente, eram meros conglomerados de faculdades e escolas isoladas, sem nenhuma articulação entre si, frouxamente coordenados por uma reitoria mais simbólica do que real. A partir dos anos 30, com o fortalecimento do federalismo, as universidades públicas federais foram situadas nas capitais. As que foram criadas no interior, ou seja, fora das capitais, dependiam total ou parcialmente das universidades federais situadas na capital.

Nasce aí o fortalecimento da concepção da universidade federal como hegemônica, como referência às demais instituições de ensino superior no Brasil, especialmente a partir da década de 70, aproximadamente, com o início da expansão das instituições de ensino superior da esfera privada (Búrigo, 2002).

A universidade brasileira, como instituição social, nasce como um mecanismo legitimador da ideologia dominante do Estado colonizador. Ela absorve não apenas uma herança cultural, mas também econômica e social dos países europeus. A universidade brasileira surge somente após quatro séculos da colonização do País, fato este que a levou a ser contemplada pela literatura como universidade temporã (Cunha, 1986), devido ao seu surgimento tardio.

Em 1920, sob a paternidade do Estado, foi implantada a Universidade do Rio de Janeiro, sendo considerada pela historiografia clássica como a primeira universidade brasileira. Em 1937, passa a ser chamada de Universidade do Brasil (UB), com a finalidade de estabelecer o controle e a padronização do ensino superior no país, estando devidamente delineada de acordo com o Estatuto da Universidade Brasileira de 1931 (Decreto-Lei nº 19.851/31; Rossato, 1998).

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA5
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

Fruto da Reforma de 68 (Lei nº 5.540/68), a atual estrutura universitária, agrega a racionalidade administrativa à universidade, adequando-a às exigências do desenvolvimento social. Há uma complexidade administrativa e estrutural de controle dentro e fora da universidade que a torna mais conservadora na sua estrutura. A racionalização, a eficiência e a produtividade são valores absolutos, como estratégia de o Estado manter a ordem política, econômica e social.

Como uma das contribuições da Reforma de 68, atualmente a universidade está estruturada por departamentos que congregam disciplinas afins, das quais resultam agrupamentos que se constituem através do regime de créditos. Essa estruturação fragmentou o espírito coletivo da Universidade como instituição social. Para os discentes, a matrícula por disciplina, tendo por justificativa a obtenção de maior economia de recursos, desfez as turmas, os grupos, o espírito estudantil como classe de reflexão e atuação no contexto universitário. A constituição de grupos representava uma ameaça ao regime militar na década de 60, e a atual organização universitária ainda valida a estrutura decorrente da Reforma de 68, como meio de desagregar os discentes como classe estudantil e, conseqüentemente, a comunidade universitária.

Sob a ótica estrutural da universidade, críticos, como Santos (1999), apontam que, como mecanismo interno da crise institucional, a departamentalização da universidade gera feudos e segrega as ações docentes. Os departamentos, com seus professores, tornaram-se ilhas no contexto universitário, esvaindo-se o espírito coletivo da universidade como corporação de professores.

A idéia de universidade como uma corporação de professores e alunos chega a ser um eufemismo, pois, em muitas universidades, os centros de ensino e os departamentos funcionam como condomínios fechados que loteiam o *campus*, nos quais os professores e dirigentes fazem partilhas pouco amistosas, de recursos comuns. Adverte Menezes (2000, p. 31) que esta “tensão das partes contra o todo é um dos principais inimigos internos da evolução institucional da universidade e prejudicam (sic) diretamente a realização de seus objetivos.”

Por outro lado, com a Lei nº 5.540/68, a universidade pública inicia um processo de consolidação da carreira docente como servidor do Estado e de implantação dos cursos de pós-graduação que propiciaram o desenvolvimento da pesquisa no âmbito universitário e a conseqüente melhoria no nível da qualificação docente.

Como no passado, atualmente a pesquisa científica não se realiza apenas no contexto universitário; há outros institutos e organizações que também realizam pesquisas. Porém, a universidade pública federal ainda tem um forte potencial para a pesquisa científica, principalmente com os cursos de pós-graduação, apesar de ser depreciada pelo Estado neoliberal, que valoriza o ensino em detrimento da pesquisa como medida da atual política de racionalidade financeira. Há pesquisas nas universidades públicas que tendem a ter seus resultados privatizados, pois são custeadas por órgãos financiadores, fundações, empresas ou associações civis, devido à restrição de verbas alocadas pelo Estado.

O neoliberalismo que vem se infiltrando na concepção do que é pesquisa hoje no Brasil, entende essas parcerias entre universidades e órgãos financiadores como mecanismos que legitimam a ação da universidade perante a sociedade.

Cabe ressaltar que hoje, diante da política pública educacional brasileira, a pesquisa, por exemplo, como uma das atividades inerentes ao trabalho acadêmico do professor, é requisito para a avaliação universitária, na qual é medido o quanto a universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz, indicado como critério de produtividade.

Diante do capitalismo neoliberal, a Universidade tornou-se uma prestadora de serviços a setores privados e à sociedade civil, a partir de um contrato de gestão com fins lucrativos. Está compelida a tornar-se uma instituição social viável às necessidades da sociedade de

mercado. Para tanto, faz-se necessário que a pesquisa seja relevante, o ensino seja técnico e de alto nível, atendendo às demandas do mercado de trabalho, e a extensão, instrumento de difusão da Universidade para a sociedade, e de aproximação entre os pares no interior da Universidade.

Para medir o grau de viabilidade da Universidade, o governo federal brasileiro realiza avaliações quantitativas, objetivando o controle da eficiência da universidade. Para receber recursos financeiros, é necessário que as Universidades se esforcem para obter maior eficiência em resposta às demandas de mercado, com o mínimo de desperdício e o menor custo possível.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861/2004) é subsidiado pelo Ministério da Educação (MEC) e realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse processo compreende avaliação interna (auto-avaliação), coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e externa, verificação *in loco*, por comissão de especialistas, da realidade institucional. O SINAES fundamenta-se no tripé: avaliação das instituições de ensino superior; dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes (APUFSC, 2005).

O sistema de avaliação da educação superior é essencialmente mensurador e possibilita uma escala de classificação das instituições, conforme a sua eficiência em responder às demandas do mercado de trabalho e às necessidades da economia através da formação de profissionais tecnicamente preparados. Esta avaliação estabelece comparações e competições entre as instituições, que disputam financiamentos, mediante classificação, com prerrogativa de melhora. Melhorar, neste contexto, significa diminuir o custo e aumentar a produtividade.

Esta avaliação é fruto da Reforma Universitária, que assegura a supremacia do privado frente ao público, em que o SINAES tem um papel fundamental credenciando as instituições privadas que prestarão um serviço ‘público’ com verba pública, na concepção do governo federal (APUFSC, 2005).

De acordo com Dias Sobrinho (2000), as palavras de ordem passam a ser eficiência, produtividade, rentabilidade e competitividade, que constituem o conteúdo da racionalidade funcionalista do neoliberalismo, que é o mercado. Noções ético-filosóficas, políticas e educacionais, aliadas a uma participação crítica e democrática, à formação como valor público e de cidadania são democraticamente excluídas do processo da avaliação institucional, bem como do sistema de avaliação da educação superior no país.

Estes critérios estáticos e mensuráveis não apreendem os movimentos relacionais da universidade. Limitam-na à lógica de mercado, instituindo novas formas para o trabalho acadêmico. Todavia, acreditamos que a avaliação seja necessária e indispensável para orientar a política universitária do ponto de vista de um saber da universidade sobre si mesma, da sua inserção na sociedade. É pertinente, também, para a análise técnica dos problemas operacionais e financeiros e para a prestação de contas devida aos cidadãos. Muito apropriadamente Chauí (1999) defende que o sistema de avaliação necessita ser repensado a partir do que entendemos por educação. Acrescentamos que necessita ser repensado a partir do que entendemos por educação superior, por universidade pública como instituição social de ensino, pesquisa e extensão.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA

As condições de trabalho na universidade pública federal brasileira, não são um fenômeno isolado; são reflexos ideológicos das políticas públicas educacionais, que refletem o modo de produção capitalista vigente, ou seja, o capitalismo neoliberal.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA7
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

A concepção de condições de trabalho é complexa, pois não pode se limitar a alguns fatores. Ela é dada ao homem como uma realidade concreta que, a partir das relações que este estabelece com o trabalho, pode manter e/ou transformar essas condições. Alguns elementos constituem as condições de trabalho, como: a infra-estrutura, os recursos materiais, a compensação justa e adequada para a satisfação das necessidades do trabalhador, o regime da jornada de trabalho, as legislações trabalhistas, entre outros.

Consideramos que há também elementos que subjetivamente constituem as condições de realização do trabalho e que igualmente perpassam o nível de qualidade de vida do trabalhador no trabalho, e o seu nível de qualidade de vida. São eles: a saúde ocupacional, a salubridade, o uso e desenvolvimento das suas capacidades, a oportunidade de crescimento, de poder expandir e desenvolver suas capacidades, o respeito e zelo pelos seus direitos, a integração social, o sentido de equilíbrio existente entre trabalho e vida pessoal, e a relevância social do trabalho, entre outros que vão ao encontro das necessidades do trabalhador (Búrigo, 1997).

Há um processo de deterioração gradual de difícil mensuração a curto prazo, que se reflete no processo de constituição e de manifestação do trabalho acadêmico. A exemplo, o trabalho acadêmico da universidade – o ensino, a pesquisa e a extensão – necessita de investimentos externos à universidade pública, para ser executado a bom termo, privatizando, assim, gradativamente, sem grades impactos perante a sociedade, a forma de execução deste trabalho, os seus fins e, conseqüentemente, o espaço público da universidade federal.

Com base em Búrigo (2003), apontamos alguns elementos que constituem as precárias condições de realização do trabalho acadêmico, nas Universidades:

- a) os baixos salários dos professores e dos servidores técnico-administrativos;
- b) o incremento das aposentadorias dos docentes, principalmente mestres e doutores;
- c) a contratação de professores substitutos em detrimento da contratação de efetivos;
- d) o processo de autonomia universitária;
- e) as fundações de pesquisas e agências de cooperação, com a absorção acrítica dos espaços públicos da universidade, com claros princípios privatizantes;
- f) o processo de avaliação de desempenho docente e do servidor técnico-administrativo, com incremento na produtividade acadêmica e técnica;
- g) o incentivo à criação das instituições de ensino superior privado, em detrimento da racionalidade financeira que incidem sobre a manutenção das universidades públicas federais;
- h) o ensino a distância, com interesses privados;
- i) os contratos de gestão com a sociedade civil ou privada, com fins lucrativos;
- j) a adoção do serviço de terceirização, fechando os concursos públicos como medida de racionalização financeira;
- k) o processo do sistema de avaliação do ensino superior, que mede o grau de produtividade da universidade, ou seja, o que produziu, em quanto tempo e como;
- l) a racionalidade financeira, que engessa as ações da universidade, impedindo-a de planejar e condenando-a a espasmos administrativos do Governo Federal, diante da liberação de verbas;
- m) a redução de verbas para a manutenção da pesquisa e seu incentivo, em favor do incentivo ao ensino técnico;
- n) a centralização do pagamento do corpo funcional da Universidade em Brasília, com determinadas rubricas específicas de controle;

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA8
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

- o) o Regime Jurídico Único (Lei nº 8112/90), que delinea a vida funcional dos servidores docentes, situando o professor como um servidor do Estado, carregando os ranços do modelo francês e norte-americano de universidade; e
- p) a estrutura acadêmica e administrativa da universidade, que a departamentaliza, fragmentando seu espírito coletivo de instituição social e a integralidade da formação acadêmica.

A forma sub-réptica de estímulo à privatização traveste-se na universidade a partir da exigência de que esta seja produtiva, tendo o conhecimento como o principal motor do desenvolvimento e a ciência como prisioneira do solo material estruturado pelo capital. Essa exigência, aos olhos do capital, é pertinente porque é questionável a eficiência da universidade pública, pois esta é considerada improdutiva, pouco rentável e dispendiosa na produção do capital humano.

A mercantilização do trabalho acadêmico é uma das formas de a universidade pública federal, em seu atual estado, legitimar-se na sociedade neoliberal, pois, com os resultados privatizáveis do trabalho acadêmico, a universidade pública se mostra eficiente aos olhos da sociedade neoliberal. Em contrapartida, com esse trabalho são arrecadados, pelos professores, recursos financeiros para a universidade, negligenciados pelo Estado, para a melhoria das condições de realização do trabalho acadêmico. Esses recursos revertem, também, em complementação salarial aos professores.

Porém, diante das políticas públicas que incidem sobre a universidade federal, que a submetem à lógica do mercado, esse professor é um trabalhador competitivo em busca de recursos para as condições de realização do trabalho acadêmico. É estimulado a ter a máxima qualificação, a ser competente e competitivo, a manter-se articulado às redes acadêmicas nacionais e internacionais, dominando conhecimentos contemporâneos diante do manejo de resoluções de problemas. Essas exigências, nas palavras de Morosini (2000), criam condições para que o professor seja um profissional competitivo e a universidade uma organização social, também assim entendida por Chauí (2001_a).

Exigido a ser um profissional competitivo, nos moldes neoliberais o professor tende a ser um profissional fazedor de coisas, produzindo a partir de parâmetros quantitativos. Consideramos, que a competitividade, e a produtividade são propriedades que caracterizam a sociedade capitalista. Porém, o que ressaltamos, é que essa competitividade está se tornando um fim maior na ação do professor, como um profissional de uma organização qualquer, em detrimento das exigências das condições de realização do seu trabalho, relegando o fazer acadêmico a uma atividade de produção racionalmente balizada.

A competitividade e a produtividade nutrem, de certa forma, a relação que o professor estabelece com o seu trabalho acadêmico, de modo que os resultados por ele alcançados revertem financeiramente, em forma de gratificações e progressões.

Neste contexto, ao mesmo tempo que é exigido do professor apresentar maior produtividade a fim de que possa agregar valor ao seu salário, são-lhe negados recursos e condições dignas de trabalho, para que possa desenvolver esta produtividade exigida, em decorrência da racionalidade financeira que permeia o contexto da universidade pública federal e encobrem o crescente processo de proletarização do professor. O termo proletarização do professor é discutido por Contreras (2002) diante das condições de realização do trabalho acadêmico. A proletarização técnica se produz, em certo sentido, pela perda de controle sobre as formas de realização do trabalho. Por exemplo: os professores, ao manterem contratos de cooperação com as empresas, muitas vezes, sentem-se compelidos a privatizar os resultados do trabalho acadêmico e, assim, perdem o controle sobre a forma de realização desse trabalho, limitando-se a atender as exigências do órgão financiador.

A proletarização ideológica afeta sensivelmente os professores, pois, ao contrário dos demais trabalhadores industriais, por exemplo, os professores “[...] perderam seus valores ou o sentido de suas pretensões, mas não suas habilidades técnicas, que foram conservadas, podendo assim legitimar uma diferença de prestígio e reconhecimento.” (Contreras, 2002, p. 42). Esse processo de proletarização ideológica geralmente não leva à resistência (dessensibilização ideológica), mas a respostas acomodatórias (cooptação ideológica). Há uma perda do sentido ideológico e moral do trabalho. Os professores não só são vítimas deste processo, mas, em certa medida, são seus sustentadores.

Este processo de proletarização passa também pelas condições de vida do professor, diante da perda salarial que teve nos últimos quinze anos, essencialmente. O professor não perdeu somente em restrições financeiras para realizar o seu trabalho acadêmico, mas também para manter as suas necessidades pessoais. A compra de livros, o lazer, a participação em atividades culturais e sociais é restringida em detrimento das necessidades mais básicas como moradia, saúde e alimentação, e, no limite, compra de material de trabalho.

Todavia, não se pode generalizar, pois há professores que possuem outras fontes para agregar valor ao salário, de forma a amenizar este processo crescente de proletarização acadêmica. Por outro lado, em um País em que a fome é um problema social, o professor universitário ainda é uma categoria profissional que tem condições privilegiadas. Mas, comparado com outro extremo social e/ou com a própria categoria profissional, em tempos distintos, a proletarização acadêmica do professor universitário é notória.

Contudo, teoricamente é difícil identificar um local de trabalho no qual o trabalhador tenha tanta autonomia pedagógica e liberdade acadêmica como na universidade pública, tanto no que se refere ao que e como produz, como à organização do seu tempo.

Dizemos teoricamente, pois, diante das condições existentes de realização do trabalho acadêmico, essa autonomia pedagógico-acadêmica está sendo ameaçada diante do processo de proletarização que vêm vivenciando os professores das universidades públicas federais nestes últimos quinze anos, com o processo de mercantilização do trabalho acadêmico.

É uma manobra corporativa do Governo Federal, de potencialização da produtividade acadêmica, que camufla o processo de proletarização do professor. Isto é, ao mesmo tempo em que a universidade pública é compelida a ser produtiva nesta sociedade neoliberal, o Estado nega a esta universidade condições condizentes para ser produtiva, enfraquecendo ideologicamente a universidade pública federal no contexto social.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA, COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Partimos da concepção, quiçá utópica, da universidade pública federal brasileira, como uma instituição social, apesar de corroborar com o posicionamento de Chauí (2000) que enfatiza que, com o advento neoliberal, como um sistema político, a universidade vem sendo compelida a ser uma organização com comportamentos adaptativos aos ditames do mercado.

A universidade, segundo Chauí (2000), desde a sua origem, sempre foi uma instituição social, voltada para a ação social, para a prática social, para o reconhecimento público de sua legitimidade, inseparável da idéia de democracia e socialização do saber, como fruto da conquista da educação e da cultura, como direitos, nos últimos séculos.

Todavia, sob os efeitos da nova forma do capital, o neoliberalismo, ocorreram significativas mudanças na concepção de sociedade, passando de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado. Como determinante no modo de vida das pessoas, essa nova forma do capital exigiu da universidade comportamentos distintos. Diante da racionalidade financeira que consubstancia a sociedade de mercado, começam a ser exigidos da universidade

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

comportamentos adaptativos mercadológicos como uma organização social qualquer, conseqüentemente, é exigido que ela seja competitiva e produtiva.

Na concepção neoliberal, os comportamentos mercadológicos adaptativos (baixo custo e alta rentabilidade) agregam valor à universidade, legitimando o seu papel e a sua identidade na sociedade, já tão depreciada pelo ensino superior da esfera privada, que se expande linearmente, diante das demandas da economia.

Ao mesmo tempo que a sociedade neoliberal exige mais agilidade da universidade, reduz o financiamento público de suas atividades. Com isto, há uma transformação significativa no modo e na forma de desenvolvimento do trabalho acadêmico, e também no processo de organização do espaço público da universidade federal.

Concebemos a universidade como instituição social, primeiramente por esta ser uma expressão historicamente determinada de uma dada sociedade, e também por acreditar, mesmo com ameaças de rupturas, na potencialidade da ação de publicização do trabalho acadêmico. Todavia, não podemos negar, como ressalta Wood (2003), que o mercado, sob o aparato neoliberal, não é uma oportunidade, mas um imperativo que age sobre o modo de vida das pessoas e, assim, determina as suas condições de vida e de trabalho. Mas o que fazer?

A universidade, no desenvolvimento da sociedade, tornou-se um espaço privilegiado para a discussão da opressão política, social e econômica; um espaço para o diálogo, como organização do espaço público. Sua função crítica, ainda que com ameaças de supressão no âmbito público federal, é o fio condutor da sua aventura intelectual, fruto da tradição com variação de tempo e lugar. De acordo com Santos (1999, p. 225), a universidade é uma das poucas instituições que pode pensar até as raízes das razões porque pode agir ou não em conformidade com o seu pensamento. “É este excesso de lucidez que coloca a universidade numa posição privilegiada para criar e fazer proliferar comunidades interpretativas.”

Essa potencialidade da universidade em fazer proliferar comunidades interpretativas, através do acesso à criação e à socialização do conhecimento, tem possibilidades de levar as pessoas a mudarem sua condição na prática, pois o conhecer tem perspectivas de se transformar em um tipo de força social e/ou política. E a universidade é um dos caminhos, não o único, para se ter acesso ao conhecimento e, assim, aprofundá-lo de forma a saciar o interesse intelectual.

Mesmo com o risco de desintegração como uma corporação, a universidade se desenvolveu e sobreviveu numa relação constitutiva de utilidade à sociedade. Porém, em todo o processo de desenvolvimento histórico da universidade, “utilidade” foi sempre a palavra de ordem. Nos primórdios, a universidade deveria ser útil, como uma rica fonte de significados para a vida de todo ser humano. Com o neoliberalismo, o sentido de utilidade se transformou, limitando a universidade a um mero elemento concreto, devendo ser produtiva para a sociedade.

Este sentido de utilidade passa pela concepção ideológica da sociedade. Adverte Wood (2003) que as teorias ocultam que a sociedade civil é uma forma social específica do capitalismo, ao passo que a universidade, ao ser útil à sociedade, está legitimando ideologicamente essa sociedade, ou seja, as forças dominantes que a constituem.

Essa sociedade de que falamos é constituída pelo modo de produção, que determina o modo de vida das pessoas. Com o neoliberalismo, a sociedade capitalista expressa o predomínio do privado sobre o público. Com isso, a sociedade constituiu uma nova forma de poder social, na qual muitas das funções coercitivas do Estado foram deslocadas para a esfera privada, da exploração de classe e dos imperativos do mercado (Wood, 2003).

De acordo com a teoria marxista, o Estado expressa as particularidades da sociedade civil e suas relações de classe. Com o neoliberalismo, os mecanismos de legitimação ideológicos da sociedade não são somente o Estado. Além dele, outras esferas, como o setor de comunicação, a universidade, o mercado, entre outros, legitimam esta sociedade.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

A universidade também se legitima no contexto da própria sociedade, pois, como uma instituição dinâmica, sobrevive até nossos dias com ares de perenidade, apesar das crises passageiras ou prolongadas que a levaram até a sua supressão por um período de doze anos, como foi o caso da França. Por outro lado, diante de todo o processo do seu desenvolvimento histórico, esta incessante busca de perenidade da universidade, por si só, mostra o seu valor como uma instituição social. É um marco enraizado na sociedade, acompanhando o seu tempo, interagindo e sofrendo as influências dos fenômenos sociais, políticos e econômicos que a constituem.

Com o seu caráter elitista, a universidade é excludente em seus critérios de acesso, estratificando, de certo modo, socialmente, os que por ela passaram ou não. Afirmamos “de certo modo”, pois, na sociedade neoliberal, os títulos universitários já não traduzem possibilidades de emprego, de ascensão social. Há um distanciamento socialmente delimitado pelo mercado de trabalho, entre a expectativa de trabalho e a realidade do mercado. Pois o desemprego é um fator constitutivo do mundo do trabalho, nesta sociedade, sendo que alguns universitários, afortunadamente, conseguem emprego na área de sua formação, outros ocupam postos de trabalho que não têm relação com a sua área de formação, ou simplesmente ocupam postos de trabalho de ínfima consideração laboral e social, apesar de disporem de título universitário, ou vivenciam a dor social do desemprego.

Pesquisas apontam uma concepção fatalista de aceitação do modo de produção capitalista, do neoliberalismo, da exclusão social como um dado natural de desenvolvimento dos fatos, na sociedade, na universidade. Chauí (2001) centra sua crítica no neoliberalismo que, tanto na sociedade, como na universidade é dado como um fato natural. Ou seja, para a autora, parece que o neoliberalismo está dado como ponto final da história, como uma fatalidade, como se não houvesse outro caminho, naturalizando também as relações sociais e de trabalho, provenientes desta forma política do modo de produção capitalista.

Não há o que contestar relativamente à crítica de que há uma concepção fatalista de aceitabilidade do neoliberalismo, apontada por Chauí (2001) como um processo natural de desenvolvimento dos fatos, negligenciando, assim, o entendimento de que o neoliberalismo é um processo histórico que camufla ideologicamente seu propósito mercadológico de sociedade, guiada pelo lucro e pelo poder do capital.

A partir desta reflexão, de um futuro inexorável e sem possibilidades de transformação com o neoliberalismo, negligenciamos a compreensão que a história pode ser transformada pela ação dos seres humanos, pois foi criada e recriada por eles. Negligenciamos que o neoliberalismo é uma ideologia de uma história particular assumida pela acumulação do capital. Negligenciamos que a universidade é uma determinação de uma dada sociedade e pode ser entendida e constituída como uma instituição social, se para este ideal de universidade, os homens e a sociedade se organizarem e lutarem.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PROCESSO DE MASSIFICAÇÃO NEOLIBERAL DA UNIVERSIDADE

A política pública governamental brasileira vem agindo em sintonia com o Banco Mundial, que vem restringindo os espaços públicos, não só no campo educacional, mas também em outras áreas, como por exemplo, na área previdenciária, tributária e social em geral, legitimando a ampliação dos espaços privados, que perpassam pelos princípios fundamentais do neoliberalismo.

De acordo com Bensaïd (2000), estamos frente a uma espécie de contra-reforma regressiva (econômica, política e cultural), contra as conquistas democráticas e sociais. É um estrangulamento lento dessas conquistas, com agravamento das desigualdades mundiais: desemprego, precariedade social, pobreza, fome, exclusões, epidemias, violência, guerra, crise

moral. Salienta o autor que essas mudanças não são conjunturais, mas mutações históricas do modo de produção capitalista.

Quando Bensaïd (2000) enfatiza que estamos contra as conquistas democráticas e sociais, em certo sentido vai ao encontro do que defende Wood (2003, p. 7): que o desafio da democracia é “o governo de classe”. A autora concebe por democracia o “governo pelo povo e pelo poder do povo”. Esta idéia se exclui na prática e se fragiliza, diante do capitalismo, que na sua essência é incompatível com a democracia.

Todavia, o poder coercitivo do Estado em apoiar o poder privado na sociedade civil, as políticas públicas que incidem sobre a universidade federal, enfraquecendo seus espaços públicos, e o abandono das políticas públicas sociais pelo Estado, são alguns dos exemplos que aparentemente se manifestam em um clima democrático.

Wood (2003) considera que, diante da democracia formal da sociedade capitalista, há mecanismos implícitos da democracia, que tendem a fazer desaparecer o entendimento da relação de exploração e de dominação, que irredutivelmente constitui a sociedade, não como um defeito corrigível, mas como uma dada situação natural.

Molina García (2001) também apresenta, diante da idéia de democracia como um mecanismo implícito de progressiva corrosão do espaço público, uma pesquisa sobre a Universidade de Zaragoza – Espanha, identificando que esta vem sendo democraticamente massificada pela sociedade neoliberal. Destaca o autor que, nos seus primórdios, a universidade, como instituição social, era destinada ao cultivo da cultura, do saber e das ciências, e hoje está sendo democraticamente massificada a serviço da ideologia do Estado e do desenvolvimento econômico neoliberal.

Para o autor acima citado, na universidade democraticamente massificada, a prática da democracia também se converte em um mecanismo perverso de controle implícito da alienação, da desilusão e da desmotivação, fato este que permite aos professores acreditarem em um futuro inexorável e sem perspectivas para a universidade.

Essa massificação apontada por Molina García (2001) se realiza a partir de uma pseudovisão de naturalização dos fatos, como uma ordem social estabelecida. Esses mecanismos se manifestam sob forma de leis e ações implementadas pelo Estado, por exemplo, através da política pública governamental e educacional brasileira, que legitimam os princípios mercantilistas da sociedade neoliberal.

A democracia e/ou os espaços democráticos necessitam ser repensados, quiçá na perspectiva de Wood (2003, p. 60), como uma categoria econômica, que é constituída por relações e práticas sociais. Ressalta a autora que “[...] a base – o processo e as relações de produção – não é apenas econômica, mas também resulta, e nela é corporificada, em formas e relações jurídicas, políticas e ideológicas que não podem ser relegadas a uma superestrutura espacialmente separada.”

Pensar a democracia também como uma categoria econômica é uma possibilidade de desvelar a tendência oculta da relação de exploração e de dominação existente na sociedade, sob a égide da própria democracia. Destaca Wood (2003) que esta separação entre o político e o econômico talvez seja o mecanismo mais eficiente de defesa do capital, de ocultar a exclusão social.

A sociedade é constituída por esferas econômicas, políticas e ideológicas. Limitar-se a pensar a sociedade e seus espaços numa determinada instância é limitar a concepção de constituição dos seus espaços, é limitar a possibilidade de transformação social.

Não podemos conceber os espaços, esferas políticas, econômicas e ideológicas da sociedade, como caixas fechadas. Eles se interrelacionam, quando reconhecemos que a história é um processo de construção de nossa própria sobrevivência.

Com isto, defendemos que o neoliberalismo ou as ações neoliberais que agem sobre a universidade pública federal, enfraquecendo seus espaços públicos, massificando-a democraticamente, não podem se limitar a ser situadas como um futuro inexorável, mas como uma realidade determinada historicamente, criada pelos homens diante de determinadas necessidades e por eles pode ser transformada, na possibilidade do atendimento de novas necessidades.

REFERÊNCIAS

APUSFC. **A reforma vem em pedaços**. Cadernos. UFSC: Associação dos Professores da UFSC. n.02. fev. 2005.

BENSAÏD, Daniel. Uma nova época histórica. In: LÖWY, Michael; BENSÄID, Daniel. **Marxismo modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000. p. 27-45.

BRASIL. **Decreto Lei n. 19.851**, de 11 de abril de 1931. Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. Disponível em: <www.mec.gov.br/Sese/credenc.shtm>. Acesso em: 02 jul. 2001.

_____. **Lei n. 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a Escola Média e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2001.

_____. **Lei n. 8.112**, de 1 de dezembro de 1990. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas e Federais. Florianópolis: Departamento de Recursos Humanos, 1997.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

_____. **Decreto n. 2.306**, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória n. 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46, e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2001.

_____. **Lei n. 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 03 set. 2005.

BRAGA, Ana Maria e Souza; POLIDORI, Márlis Morosini; CASTRO, Renan de Silca (Coord.). **Avaliação permanente na UFRGS**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **Qualidade de vida no trabalho**: dilemas e perspectivas. Florianópolis: Insular, 1997.

_____. Cuestiones Académicas actuales de la Universidad Pública Federal Brasileña. **Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, Universidad Católica de La Santísima Concepción, Chile, n. 2, p. 62-76, ago. 2002.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal**: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. 347f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Sinopse 2003**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2005.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: UNESP, 1996.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; POALI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 27-51.

_____. A universidade em ruínas. In: TRINDADE Hégio (Org.). **Universidades em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 211- 222.

_____. As humanidades contra o humanismo. In: SANTOS, Gislene Aparecida dos (Org.). **Universidade formação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-32.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001_a.

CONTRERAS, José. **A autonomia dos professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DIAS SOBRINHO, José. Concepções de universidade e avaliação institucional. In: TRINDADE Hégio (Org.). **Universidades em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 149-169.

INEP. **Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior>>. Acesso em: 6 ago. 2005.

LOCH, Clesar Luiz. **O trabalho dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina**: possibilidade de expressão da criatividade? Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração. Florianópolis, UFSC, 2005.

MENDONÇA, Ana Walesca. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 131-50, maio/ago. 2000.

MENEZES, Luís Carlos. **Universidade sitiada**: a ameaça de liquidação da universidade brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MOLINA GARCÍA, Santiago. **La universidad democráticamente masificada**. Zaragoza: Mira, 2001.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

MOROSINI, Marília Costa. Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In: ____ (Org.). **Professor do ensino superior: identidade, docência e formação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. p. 11-20.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade nove séculos de história**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

WARDE, Ibrahim. A vampirização mercantil. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 49, p. 20-21, abr. 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.